



LIVRO DE PORTARIAS

PORTARIA n.º: 18.146/14

FÁBIO MARCONDES, Prefeito Municipal de Lorena, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando que é dever do Administrador Público apurar os fatos, diante de eventuais irregularidades de que tenha conhecimento.

RESOLVE:

DETERMINAR, a abertura de **PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO PRELIMINAR**, atendendo ao Memorando 005/2014 da Procuradoria Municipal, para apurar faltas injustificadas praticadas pela servidora **Paula Danielle Santos de Oliveira**.

Segundo Memorando, a mesma não compareceu ao trabalho nos seguintes dias: 28/01 a 03/02 (falta injustificada), 11 e 12/03 (falta injustificada), 14/03 (abonada), 18,19 e 21/03 (falta injustificada), 25/03 (entrou às 11hs.), 04/04 (abonada), 11 e 14/04 (falta injustificada), 16/04 (faltou e pediu abonada de última hora), 22/04 (falta injustificada).

Diante do exposto, em tese, foram transgredidos os seguintes dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos de Lorena:

"Artigo 199 – São deveres do servidor(a) além dos que lhe cabem em virtude do desempenho de seu cargo e dos que decorrem, em geral, da sua condição de servidor público:

I – comparecer ao serviço, com assiduidade e pontualidade e nas horas de trabalho de trabalho extraordinário quando convocado";

O Artigo 200 que determina:

"Artigo 200 – São proibidas ao funcionário(a) toda ação ou omissão capaz de comprometer a dignidade e o decore da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

(...)

IX – deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada";



PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. N.º

LIVRO DE PORTARIAS

Outrossim, cabe não olvidar o que ordena o Artigo

210:

“Artigo 210 – A advertência será aplicada, nos casos de violação de proibição constante do artigo 200, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XXV, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave”;

Diante do exposto, neste ato autorizo que se instaure o procedimento supracitado, a Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidade deverá produzir todas as provas em direito admitidas, facultando a interessada a possibilidade de ampla defesa nos termos da Constituição Federal.

Ao final, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no Estatuto do Servidor Público Municipal de Lorena.

Lorena, 26 de junho de 2014

FÁBIO MARCONDES
Prefeito Municipal